

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2020

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O SERVIÇO NACIONAL DE
APRENDIZAGEM RURAL – ADMINISTRAÇÃO
REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL (SENAR-
AR/MS) E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX,
CONFORME EDITAL Nº 023/2020, PREGÃO
PRESENCIAL Nº 020/2020 E SEUS ANEXOS.

O **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.253.881/0001-03, estabelecida na Rua Marcino dos Santos, n.º 401, Chácara Cachoeira II, em Campo Grande/MS, neste ato representado, conforme PORTARIA N.º 011/17/PRES.CA, pelo Superintendente, Sr. **Lucas D. Galvan**, brasileiro, portador do RG n.º 33.430.987-6 SSP/SP e CPF n.º 996.035.431-87, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado **SENAR-AR/MS**.

, e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº....., com sede na, neste ato representada por, portador do RG nº..... e do CPF nº, doravante denominada **CONTRATADA** celebram o presente CONTRATO de prestação de serviços, de acordo com o que determina o Regulamento de Licitações e Contratos – RCL do SENAR, aprovado pela Resolução nº 01/CD, de 15/02/2006, do Conselho Deliberativo do SENAR, alterada nos termos da Resolução nº 033/CD, de 28/06/2011 (DOU 29/06/2011) e pela Resolução nº 032/CD, de 15/03/2012 (DOU 23/03/2012) e legislação pertinente, bem como cláusulas e condições constantes do ato convocatório, o qual decorre da homologação do resultado do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 0202020**, referente ao **PROCESSO Nº 045/2020**, pelo **Presidente do Conselho de Administração do SENAR-AR/MS**, aplicando-se a este as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de auditoria independente, para análise das demonstrações contábeis e procedimentos internos do exercício de 2020 a serem realizada nas dependências do **SENAR-AR/MS**.

1.1.1. A **CONTRATADA** deverá realizar os serviços de auditoria, conforme detalhamento a seguir:

| AUDITORIA ADMINISTRATIVA | |
|----------------------------------|--|
| a) Análise do quadro pessoal | <ul style="list-style-type: none"> a) Forma de contratação: processo seletivo. b) Frequência (nº. de horas extras por empregados/habitualidade). c) Lotação. d) Atualização dos controles (fichas). e) Exame nos descontos/folha de pagamento. f) Obrigações sociais e previdenciárias. g) Controle de férias, abono pecuniário. h) Segurança e medicina do trabalho. i) Treinamento. j) Acúmulo de cargos e empregos. k) Adiantamento de 13º salário. l) Ajudas de custo/diárias. |
| b) Análise dos bens patrimoniais | <ul style="list-style-type: none"> a) Verificar a finalidade de uso dos bens patrimoniais, nas atividades meio e fim. b) Inventário de bens móveis e imóveis. c) Almoxarifado. d) Veículos. e) Seguros. f) Termos de responsabilidade. g) Verificar instrumentos de baixa, cessão, dotação e transferência de bens patrimoniais. |
| c) Contábil | <ul style="list-style-type: none"> a) Certificar sobre a consciência e adequação os saldos contábeis apresentados nos balancetes. b) Cumprimento das normas e procedimentos internos, incluindo os pareceres do Conselho Administrativo e Fiscal, bem como as formalidades envolvidas. c) A eficiência dos controles e a fidedignidade da documentação comprobatória. <p>OBS: Todos os exames deverão ser efetuados nas contas constantes da estrutura básica do Plano de Contas do SENAR-AC.</p> |
| d) Financeiro | <ul style="list-style-type: none"> a) Movimentação de numerário (caixa, banco, aplicações etc.). b) Valores a receber. c) Contas a pagar. d) Viagens a serviço. |

| | |
|------------------------------|--|
| e) Operacional / Educacional | <p>a) Verificar a aplicação dos recursos de que trata o inciso II do art. 28 do Regime Interno do SENAR (atividades-meio e atividades-fim).</p> <p>b) Verificar a aplicação dos recursos nas atividades fins em:</p> <p>1) Cursos e treinamentos:</p> <p>I. Análise e comprovação as despesas realizadas.</p> <p>II. Verificação da comprovação das atividades operacionais. (presença, certificação, atestados e supervisores).</p> <p>III. Controle da clientela assistida.</p> <p>2) Promoção social:</p> <p>I. Análise das despesas realizadas.</p> <p>II. Controle da cliente assistida.</p> <p>III. Comprovação de gastos efetuados.</p> |
| f) Relatório Trimestral | <p>a) As visitas para análise dos documentos acontecerão trimestralmente.</p> <p>b) As análises mensais das documentações acontecerão nas visitas trimestrais.</p> <p>c) A apresentação do relatório trimestral deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após a análise da documentação do fechamento contábil e ainda:</p> <p>1) Deverá apresentar relatório simplificado de análise completa dos balancetes (1º, 2º, 3º e 4º trimestre) avaliando a criticidade nos termos da NBC TAs e TRs pertinentes, as quais serão encaminhadas para a apreciação do SENAR-AR/MS e, posteriormente do SENAR Administração Central, enriquecendo com informações sobre as práticas contábeis executadas, notas explicativas e ponderações quanto a possíveis ocorrências e sugestões de solução/providências.</p> <p>2) Os resultados dos serviços descritos no item anterior serão apresentados/demonstrados em relatório de recomendações dos procedimentos contábeis do 1º, 2º, 3º e 4º trimestre, destinados ao Conselho Administrativo do SENAR-AR/MS com os resultados dos exames realizados.</p> |
| g) Relatório Anual | <p>a) As visitas para análise dos documentos acontecerão trimestralmente.</p> <p>b) As análises mensais das documentações acontecerão nas visitas trimestrais.</p> <p>c) A apresentação do relatório anual deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após a análise da documentação do fechamento contábil do último trimestre, e ainda:</p> <p>1) Deverá apresentar relatório completo das Demonstrações Contábeis do Exercício avaliando a criticidade nos termos da NBC TAs e TRs pertinentes, as quais serão encaminhadas para apreciação do SENAR-AR/MS e, posteriormente do SENAR Administração Central, enriquecido com informações sobre as práticas contábeis executadas, notas explicativas e ponderações quanto a possíveis ocorrências e sugestões de solução/providências.</p> <p>2) Os resultados dos serviços descritos no item anterior serão apresentados/demonstrados em relatório de recomendações dos procedimentos contábeis do exercício, destinados ao Conselho Administrativo do SENAR-AR/MS com os resultados dos exames realizados.</p> |

1.2. O Edital e os ANEXOS I, II, III, e IV são considerados partes integrantes e indissociáveis deste CONTRATO, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

2.1. Integram este instrumento os documentos a seguir discriminados, cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação:

a) Edital nº 023/2020 e seus Anexos.

b) Proposta de Preços da **CONTRATADA**.

c) Documentos de Habilitação.

d) Demais elementos integrantes do procedimento licitatório.

2.2. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este instrumento, definirem a sua extensão, e desta forma, reger sua adequada execução, independentemente de transcrição.

2.3. O presente instrumento, tem-se por instruído com as certidões de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST) da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DAS FONTES DE RECURSO

3.1. O valor da contratação é de **R\$ xxxxxxxxxxxx** (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

3.2. As despesas com a contratação correrão por conta dos recursos previstos no orçamento anual do **SENAR-AR/MS**, por conta do(s) seguinte(s) **CÓDIGO(S) ORÇAMENTÁRIO(S): 8701**.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

4.1. O presente instrumento vigorará pelo período de **12 (doze) meses**, já contemplando o prazo de execução do objeto.

4.2. Todas as alterações contratuais por acordo entre as partes, desde que justificadas e as decorrentes de necessidade de prorrogação ou alterações de preço e/ou prazo deverão ser formalizadas por meio de **TERMO ADITIVO**, desde que observados os motivos de conveniência e oportunidade, hipóteses legais previstas no RLC do SENAR.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A **CONTRATADA** deverá executar os serviços por uma equipe de profissionais capacitada e supervisionada na sede do **SENAR-AR/MS**, para competência do exercício de 2020, incluindo-se os meses retroativos a data da contratação.

5.2. A **CONTRATADA** deverá designar um responsável para atender às solicitações do **SENAR-AR/MS** adotando as providências necessárias para a boa execução do objeto.

5.3. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar um canal de comunicação, por atendimento

telefônico, correio eletrônico ou através de um sistema específico para este fim, para que sejam dirimidas eventuais dúvidas que possam surgir.

5.3.1. A **CONTRATADA** deverá repassar ao **SENAR-AR/MS**, orientações práticas acerca das rotinas e necessidades identificadas em razão de casos específicos, alterações de normas e recomendações expedidas, através do canal de comunicação disponibilizado por àquela.

5.3.2. O prazo de resposta a que se refere o artigo anterior não deverá ultrapassar 24 horas da data do registro da ocorrência.

5.4. A execução dos serviços deverá observar às normas e regulamentos inerentes a área de atuação específica, bem como normativos próprios expedidos pelo **SENAR-AC**, em especial as Resoluções n. 007/16/CD de 05 de dezembro de 2016 e 032/17/CD de 26 de julho de 2017, o Plano Anual de Trabalho - PAT vigente, a Proposta Orçamentária referente ao exercício, sem prejuízo de outras normas e recomendações vigentes ou a serem expedidas, tanto pelo **SENAR-AC** quanto Controladoria Geral da União-CGU e TCU.

5.5. As atividades de auditoria (visitas e análise das documentações) serão realizadas trimestralmente nas dependências do **SENAR-AR/MS**, localizada na Rua Marcino dos Santos, nº 401, Bairro Cachoeira II, Campo Grande/ MS, CEP: 79040-902, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h, devendo os custeios das despesas de locomoção, alimentação, hospedagem e demais despesas acessórias serem de inteira responsabilidade da empresa **CONTRATADA**.

5.6. A **CONTRATADA** deverá apresentar o relatório de análise completa dos balancetes, em até 05 (cinco) dias úteis após a análise da documentação do fechamento contábil do **SENAR-AR/MS**, conforme programação descrita abaixo, visando atender os prazos pré-definidos pelo SENAR-AC para prestação de contas trimestral e anual.

5.7. Cronograma dos trabalhos:

- a) 1º Trimestre: 15 (quinze) de junho de 2020;
- b) 2º Trimestre: 27 (vinte e sete) de julho de 2020;
- c) 3º Trimestre: 13 (treze) de outubro de 2020;
- d) 4º Trimestre e Anual: 09 (nove) de fevereiro de 2021.

5.8. A **CONTRATADA** deverá seguir o cronograma de realização dos Relatórios de Análise completa dos balancetes, conforme descritivo no subitem anterior, **4.7**.

5.8.1. Em decorrência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020, e a declaração pela Organização Mundial de Saúde (OMS), classificando como pandemia o cenário de proliferação da doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19), as datas relacionadas no 4.7 poderão ser reprogramadas de acordo com as disponibilidades de datas do **SENAR-AR/MS**.

5.9. A **CONTRATADA** deverá comparecer às reuniões do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração do **SENAR-AR/MS** para apresentação dos relatórios trimestrais e relatório circunstanciado sobre as contas do exercício conforme Cronograma.

a) 1º Trimestre:

Conselho Fiscal: 23 (vinte e três) de junho de 2020.

Conselho Administrativo: 25 (vinte e cinco) de junho de 2020.

b) 2º Trimestre:

Conselho Fiscal: 11 (onze) de agosto de 2020.

Conselho Administrativo: 13 (treze) de agosto de 2020.

c) 3º Trimestre:

Conselho Fiscal: 27 (vinte e sete) de outubro de 2020.

Conselho Administrativo: 27 (vinte e sete) de outubro de 2020.

d) 4º Trimestre e Anual:

Conselho Fiscal: 16 (dezesesseis) de março de 2021.

Conselho Administrativo: 18 (dezoito) de março de 2021.

5.9.1 Em decorrência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020, e a declaração pela Organização Mundial de Saúde (OMS), classificando como pandemia o cenário de proliferação da doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19), as datas relacionadas no 4.9 poderão ser reprogramadas de acordo com as disponibilidades de datas do **SENAR-AR/MS**.

5.9.2 Este Cronograma também poderá ter alterações de datas dentro do próprio mês conforme agenda da Diretoria e dos Conselheiros do **SENAR-AR/MS**.

5.9.3. As despesas com transporte, hospedagem e alimentação que se fizerem necessárias serão custeadas pela **CONTRATADA**.

5.9.4. A apresentação do relatório anual deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após a análise da documentação do fechamento contábil do último trimestre.

5.12. Na execução do objeto deverão ser observadas, de modo geral, as Especificações, Posturas, Normas Técnicas, Leis e Regulamentos vigentes em todo o território nacional, bem como será necessário possuir e/ou observar, independente de exigência expressa neste instrumento ou seus anexos, as licenças, alvarás e/ou certificados necessários à fabricação, comercialização, distribuição, fornecimento e/ou prestação de serviços relacionados a qualquer dos materiais envolvidos no objeto licitado, incluindo, mas não se limitando, as expedidas pelos órgãos fiscalizadores, agências de regulação, institutos de metrologia, órgãos de controle ambiental

5.13. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto deste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DOS REQUISITOS MÍNIMOS DA EMPRESA CONTRATADA – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. A empresa deverá comprovar experiência anterior em trabalho semelhante, por meio de atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da contratada, onde fique evidenciada a aptidão para o desempenho dos serviços, contendo os seguintes dados:

- a)** Dados da contratante.
- b)** Relação dos serviços prestados.
- c)** Período da prestação de serviços.
- d)** Parecer do contratante quanto à qualidade dos serviços prestados.
- e)** Nome e cargo do responsável pelo atestado.

6.2. A empresa deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, documentação comprovando possuir profissionais responsáveis técnicos pela gerência, coordenação, execução e entrega dos serviços, devidamente credenciados no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI).

6.2.1. A comprovação do vínculo profissional formal deverá ser realizada mediante apresentação de quaisquer dos seguintes documentos:

- a)** no caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o n.º de registro, qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração de salário.
- b)** no caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou da sede da licitante; e
- c)** no caso de profissional autônomo: contrato de prestação de serviço devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos.

6.3. A **CONTRATADA** deverá possuir profissionais responsáveis, no quadro da equipe técnica da empresa, devidamente credenciados no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI).

6.4. A **CONTRATADA** deverá apresentar inscrição ou registro da empresa e de cada membro integrante da equipe técnica que irá atuar nos trabalhos, junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente da execução do objeto será efetuado em **04 (quatro) parcelas de igual valor**, observadas as atividades previstas no **item 4.7** do termo de referência, condicionado à sua respectiva finalização e apresentação do relatório da etapa concluída e da respectiva nota fiscal, por meio de crédito em conta bancária após a apresentação da nota fiscal, respeitando o Cronograma de Pagamentos do **SENAR-AR/MS** onde:

a) Os pagamentos serão efetuados nos dias 15 e 30 de cada mês, mediante crédito em conta bancária de sua titularidade, sendo programados para o primeiro dia útil subsequente caso recaiam sobre feriado, final de semana ou data em que não haja expediente no **SENAR-AR/MS**.

b) As notas fiscais/faturas recebidas e aceitas entre os dias 21 e o dia 05 do mês seguinte terão seus pagamentos executados no dia 15 mais próximo.

c) As notas fiscais/faturas recebidas e aceitas entre os dias 06 e 20 de cada mês terão seus pagamentos executados no dia 30 mais próximo.

7.1.1. A liquidação financeira ficará condicionada à entrega e aceitação do objeto desta licitação, bem como o envio da respectiva nota fiscal/fatura para o e-mail notafiscal@senarms.org.br.

7.1.2. Os documentos fiscais encaminhados em data que não houver expediente no **SENAR-AR/MS**, serão considerados como recebidos no primeiro dia útil subsequente.

7.1.3. As notas fiscais/faturas deverão ser encaminhadas para o e-mail notafiscal@senarms.org.br no ato de sua emissão, a fim de evitar transtornos caso seja necessário o seu cancelamento.

7.1.4. Não produzirão efeitos, notas fiscais/faturas endereçadas a e-mail que não seja aquele previsto no **subitem 7.1.3**, nem documentos fiscais cujo envio não tenha sido autorizado pelo **SENAR-AR/MS**.

7.2. A nota fiscal/fatura, para liquidação e pagamento da despesa deverá estar obrigatoriamente atestada pelo **SENAR-AR/MS**, acompanhada do relatório do período, conforme cronograma previsto no **subitem 4.7** deste instrumento, bem como das certidões de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST), ficando seu pagamento condicionado a verificação da regularidade fiscal da **CONTRATADA**.

7.2.1. Caso a execução do objeto seja realizada através de nota fiscal da Matriz ou Filial cujo CNPJ seja diferente do constante na Proposta apresentada, esta deverá estar acompanhada das mesmas certidões mencionadas no item anterior.

7.3. Na própria Nota Fiscal deverá constar o número da conta bancária de natureza jurídica, agência e banco a ser efetuado o pagamento.

7.4. Valores constantes da Nota Fiscal deverão refletir fidedignamente os serviços contratados pelo **SENAR-AR/MS**.

7.5. As Notas Fiscais não aprovadas pelo **SENAR-AR/MS** serão devolvidas a **CONTRATADA**, para as devidas correções, acompanhadas dos motivos de sua rejeição, renovando-se o prazo para pagamento estabelecido no **subitem 7.1** deste Instrumento a partir da sua reapresentação, sem qualquer tipo de correção de seu valor.

7.6. A parcela somente será exigível se a etapa for totalmente finalizada.

7.7. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos pertinentes aos serviços prestados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **SENAR-AR/MS**, nem pode onerar o objeto deste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste documento ou dele decorrentes:

8.1.1. Designar um responsável para ser o contato de referência para todas e quaisquer soluções necessárias visando a boa execução deste instrumento.

8.1.2. Cumprir o objeto do presente instrumento, executando o objeto em estrita observância as exigências contidas neste Instrumento, Termo de Referência, Edital e seus anexos, realizando inclusive as substituições que se fizerem necessárias, ainda que em casos de greve ou paralização de qualquer natureza.

8.1.3. Manter, durante a vigência deste instrumento, todas as condições de habilitação válidas, apresentando sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal, bem como quaisquer outras determinações legais que sejam próprias de seu ramo de atividade mesmo que não inseridas neste instrumento ou instrumentos a ele vinculados.

8.1.4. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

8.1.5. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias.

8.1.6. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento deste instrumento.

8.1.7. Praticar rigorosamente os preços estabelecidos na sua Proposta de Preços para a execução do objeto.

8.1.8. Não subcontratar ou transferir em hipótese alguma os direitos advindos deste instrumento a terceiros, seja a que título for.

8.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.1.10. Comunicar ao responsável indicado pelo **SENAR-AR/MS** sobre qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

8.1.11. Encaminhar as notas fiscais para pagamento juntamente com as certidões de regularidade fiscal e outros documentos que se fizerem necessários.

8.1.12. Comunicar imediatamente ao **SENAR-AR/MS** qualquer alteração em seus dados cadastrais.

8.1.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender, corrigindo imediatamente as deficiências apontadas, sejam elas relativas à execução do objeto ou burocráticas, bem como dará ciência ao **SENAR-AR/MS**, prontamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução do objeto.

8.1.14. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, ao **SENAR-AR/MS** e/ou a terceiros, por seus empregados e/ou prepostos, dolosa ou culposamente, quando da execução do objeto.

8.1.15. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, sem justificativas aceitas pelo **SENAR-AR/MS**, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar na aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

8.2. Constituem obrigações do **SENAR-AR/MS**, além das demais previstas neste documento ou dele decorrentes:

8.2.1. Designar formalmente um responsável para fiscalizar, atestar e acompanhar a execução do objeto pela **CONTRATADA**.

8.2.2. Arcar com os compromissos financeiros decorrentes da execução do objeto, nos prazos estabelecidos no presente instrumento.

8.2.3. Fornecer informações, dados e elementos à **CONTRATADA**, das especificações e características pertinentes à execução do objeto.

8.2.4. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços dentro das normas/especificações contidas neste instrumento e na legislação pertinente em vigor.

8.2.5. Rejeitar qualquer material/produto/serviço em desacordo com as orientações passadas pelo **SENAR-AR/MS** ou com as especificações constantes neste Instrumento, no Termo de Referência, no Edital e seus Anexos.

8.2.6. Notificar, formal e tempestivamente a **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste instrumento.

8.2.7. Notificar a **CONTRATADA** fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades encontradas na execução do objeto.

8.2.8. Atestar as notas fiscais correspondentes, por intermédio da unidade demandante/fiscalizadora.

8.2.9. Efetuar os pagamentos na forma convencionada, dentro dos prazos, desde que atendidas às formalidades previstas.

8.2.10. Não permitir que outrem execute o objeto desta licitação que se obrigará a **CONTRATADA**.

8.2.11. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O **SENAR-AR/MS** fiscalizará a execução do objeto pela **CONTRATADA** por meio de colaborador designado formalmente e que verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

9.2. A fiscalização pelo **SENAR-AR/MS** não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto desse instrumento.

9.3. A ausência de comunicação por parte do **SENAR-AR/MS**, referente a irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas nesse instrumento.

9.4. A fiscalização se reserva ao direito de impugnar caso a execução do objeto pela **CONTRATADA** não forem entregues a contento, ficando a **CONTRATADA** obrigada a refazê-los, sem quaisquer ônus para o **SENAR-AR/MS**.

9.5. O fiscal deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES FIRMADAS PELA CONTRATADA

10.1. A inexecução, total ou parcial, injustificada ou a execução deficiente, irregular ou inadequada do objeto contratado, assim como o descumprimento dos prazos e das condições estipuladas neste instrumento poderá, garantida a prévia defesa da **CONTRATADA**, ensejar sua rescisão nas hipóteses previstas no **subitem 18.1.1** do Edital, cabendo ao **SENAR-AR/MS** aplicar as seguintes penalidades:

10.1.1. ADVERTÊNCIA, nas hipóteses de:

a) prestação de serviços em desconformidade com as especificações técnicas, de execução irregular ou extemporânea do ato de entrega, que não resulte em prejuízo para a execução do objeto contratado.

b) deixar de manter e/ou comprovar sua regularidade fiscal e demais condições de habilitação exigidas para a correta execução do objeto, até finda vigência deste instrumento.

10.1.2. MULTA MORATÓRIA de natureza não compensatória pelo não cumprimento das condições estabelecidas nesse instrumento, correspondente a:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor do serviço não entregue, até o limite de 10% (dez por cento) de seu valor.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço faturado no período indicado na Nota Fiscal recebida, quando no ato de seu pagamento não for comprovada a regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST) e a **CONTRATADA** não providenciar após notificada.

10.1.3. MULTA COMPENSATÓRIA, correspondente à:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese de descumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, que acarretem a paralização das atividades internas do **SENAR-AR/MS**.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese em que a **CONTRATADA** perder os requisitos de habilitação e não os restabelecer após notificada.

c) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese em que se verificar o inadimplemento total ou parcial do ajuste por parte da **CONTRATADA**, determinante para ensejar a rescisão desse instrumento.

10.1.4. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de licitar ou contratar com o **SENAR-AR/MS** pelo **prazo de até 02 (dois) anos**.

10.2. Após decisão definitiva aplicando a penalidade de multa, o **SENAR-AR/MS** poderá descontá-la dos pagamentos eventualmente devidos a **CONTRATADA** ou cobrar judicialmente a diferença verificada, o que fica desde já expressamente autorizado pela **CONTRATADA**.

10.3. Acaso os prejuízos decorrentes do inadimplemento por parte da **CONTRATADA** superem o valor das penalidades impostas, o **SENAR-AR/MS** se reserva o direito de cobrar judicialmente a diferença verificada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA POLÍTICA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

11.1. Ajustam as partes, em caráter irrevogável e irretratável, que a relação contratual ora celebrada deverá obedecer aos mais estritos e rigorosos conceitos e princípios da ética, moralidade e boa-fé na execução do objeto deste instrumento, incluindo, mas não se limitando, a evitar por si e/ou através de terceiros, seja total ou parcialmente, direta e/ou indiretamente, relações, contatos e/ou contratos e parcerias com quaisquer tipos e/ou espécies de agentes que por qualquer meio ou forma tenham tido participação em atividades comerciais ilícitas, incluindo aí a da concorrência antiética ou desleal, das quais, em função da atividade exercida, as partes dela sabem ou deveriam de saber.

11.2. As partes também, garantem e concordam que, em cumprimento dos seus deveres e obrigações decorrentes deste instrumento, bem como seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços, cumprirão com todas as leis aplicáveis, incluindo leis antissuborno, regras, códigos, despachos, regulamentos, decretos, normas e convenções de qualquer jurisdição relevante, bem como a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Brasileira), às leis de qualquer país ou qualquer outro diploma legal similar.

11.3. A **CONTRATADA** assume que é expressamente contrária à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do **SENAR-AR/MS** e se compromete a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações aplicáveis ao **SENAR-AR/MS** e a este instrumento.

11.4. Fica acordado, que nenhuma das partes, poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras, benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob a leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta ao objeto deste instrumento, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços ajam da mesma forma.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pelo **SENAR-AR/MS**, por quaisquer dos motivos previstos nos artigos 31 e 32 do RLC do SENAR.

12.1.1. A rescisão, por quaisquer dos motivos previstos nos dispositivos do diploma legal anterior, não dará à **CONTRATADA** o direito à indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, salvo ressarcimento de despesas autorizadas pelo **SENAR-AR/MS** e comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**.

12.1.2. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do **SENAR-AR/MS**, a retenção dos créditos decorrentes deste instrumento, limitada ao valor dos prejuízos causados, até a completa indenização dos danos, o que fica, desde já, expressamente autorizado pela **CONTRATADA**.

12.2. O presente instrumento poderá ainda ser rescindido amigavelmente, desde que verificada a conveniência e oportunidade por parte do **SENAR-AR/MS** e seja expressamente consentido por ambas as partes.

12.3. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da **CONTRATADA** com outras empresas, caberá ao **SENAR-AR/MS** decidir expressamente pela continuidade do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA NOVAÇÃO

13.1. A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos assegurados a elas, neste instrumento e na legislação em geral, e a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas não importam em novação a seus termos; não devendo, portanto, ser interpretadas como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras, e todos os recursos postos à disposição do **SENAR-AR/MS** serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, sendo esta competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Grande, MS, xx de xxxxxx de 2020.

Lucas D. Galvan
SENAR-AR/MS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF: